
A NATO E O ATLÂNTICO SUL

Antônio Emílio Sacchetti

A NATO E O ATLANTICO SUL

1. INTRODUÇÃO

O flanco Sul da NATO é extraordinariamente extenso. Desde o golfo do México até à fronteira turca com a Síria, Iraque, Irão e União Soviética, os problemas que a NATO poderá ter que enfrentar são os mais variados.

Para alguns comandos terrestres sediados na Europa, o flanco Sul é a Grécia e a Turquia, a extensa fronteira com os países árabes, com os persas, com os países do Pacto de Varsóvia e, entre estes, com a União Soviética.

Para outros, nomeadamente o CINCSOUTH e os comandos da França e Itália, o flanco Sul será o Mediterrâneo e os países ribeirinhos do Norte de África e do Próximo Oriente⁽¹⁾.

Para o SACLANT, para o CINCIBERLANT, e para Portugal, o flanco Sul da NATO é, sem dúvida, a parte atlântica do Trópico de Câncer, da costa mexicana até Vila Cisneiros, no Sara Ocidental (8500 km) e ainda a costa africana para Norte, até ao estreito de Gibraltar. De salientar que este limite, dividindo a meio o golfo do México, não inclui Cuba, o canal do Iucatão nem o mar das Caraíbas, região de grande interesse económico e de grande importância para as operações marítimas de reforço e de reabastecimento da Europa (basta recordar que nela se situam a Venezuela e o canal do Panamá).

É esta terceira concepção de flanco Sul que será analisada neste trabalho.

(1) É um conceito de Área: 4000 km de Gibraltar à fronteira Oriental da Turquia, 1400 km dos Alpes, no Norte da Itália, à costa da Líbia.

2. ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS

As principais teorias geoestratégicas da primeira metade deste século definiam e caracterizavam o antagonismo entre a potência continental e a potência marítima. Estabeleciam que a potência continental procuraria expandir-se, num movimento centrífugo que só poderia ser eficazmente contrariado por uma aliança das potências marítimas ribeirinhas do Atlântico Norte, que Mackinder designou por Midland Ocean. Mackinder admitiu ainda que a potência continental, para alcançar o seu objectivo de domínio da Ilha Mundial (Ásia-Europa-África), pretenderia tornar-se também uma potência marítima.

Estas ideias foram expostas antes da bipolarização do mundo, imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial.

A guerra tinha permitido ao Exército Vermelho obter o que o exemplo da revolução comunista não lograra alcançar: alargar a esfera de influência da União Soviética e consolidar a sua posição como única potência do Heartland.

Para sustar o movimento expansionista que as pressões soviéticas sobre a Grécia, Turquia e Irão e Jugoslávia mostravam ter tendência para fazer persistir, o Ocidente instituiu um sistema de alianças formando um cordão sanitário em redor da potência continental.

Uma dessas alianças, a NATO, uniu as potências marítimas do Atlântico Norte, do Midland Ocean de Mackinder. Por outro lado, a potência continental, seguindo também uma das linhas de acção preconizadas por aquele geopolítico, adquiriu a capacidade necessária para ascender à categoria de potência marítima de primeira grandeza. Pela primeira vez na História a potência continental dominante é também uma grande potência marítima.

Graças à capacidade naval adquirida, a União Soviética pôde ladear a nova «linha Maginot» contituída pelas alianças ocidentais e ameaçar os interesses do Ocidente em qualquer ponto do globo; parece mesmo preparar-se para contestar o domínio do Midland Ocean que já Mackinder considerava ser de importância vital para o Ocidente.

Assim, se alguns conflitos regionais não tivessem provocado já o desmembramento da CENTO e da SEATO, o sistema ocidental de alianças seria hoje considerado inadequado.

A NATO, no entanto, mantém o seu valor. Primeiro, porque o objectivo da Aliança se mantém, tal como foi definido em 1949; segundo, porque os países membros sentem, mais do que nunca, que têm interesses comuns, regionais e globais, a defender; por último, porque o livre uso do mar continua a ser vital, directa ou indirectamente, para todos os países do Ocidente.

O que surgiu como factor novo, a partir de meados da década de 60, foi o facto de a União Soviética ter passado a desenvolver uma estratégia verdadeiramente global, em competição com a superpotência norte-americana e com as potências marítimas tradicionais, agora em retracção. A União Soviética dispõe hoje da segunda força naval do mundo, ocupando uma posição distante da terceira potência naval, quer esta seja o Reino Unido ou a França. Por outro lado, é na NATO europeia que se encontram os países mais dependentes do comércio externo, e também os que estão ligados a todos os Continentes pelos mais íntimos laços políticos, culturais e económicos.

Por outras palavras, os países com mais importantes e históricos interesses a defender em áreas distantes, já não têm o poder suficiente para o fazer, nem têm conseguido coordenar os seus esforços nesse sentido.

Como referiu Geoffrey Stewart-Smith, «o nó do problema é que o mundo livre não tem vontade política, não tem estratégia global, não tem organização global nem tem meios de consulta e de coordenação das suas várias políticas de segurança»⁽²⁾.

Evidentemente que esta faculdade de ser diferente, esta independência e esta liberdade de opinião, são alguns dos valores que o Ocidente defende e que o diferenciam do Leste. Mas é também a preservação destes mesmos valores que exige uma coordenação de esforços.

Mesmo na NATO essa coordenação encontra algumas dificuldades. Anthony L. King-Harman escreveu recentemente que as «referências à estratégia marítima estão quase sempre ausentes de documentos sobre política NATO, excepto nas constantes chamadas de atenção para a necessidade de enfrentar a crescente ameaça do poder marítimo soviético»⁽³⁾.

(2) Geoffrey Stewart-Smith, director do Foreign Affairs Research Institute, «The case for a global all-oceans alliance in defence of freedom», Documento n.º 16/1980, daquele Instituto.

(3) Anthony L. King — Harman, «NATO strategy — a new look» *RUSI*, Março de 1984, pág. 26.

Na verdade, nos documentos da NATO são expressos com mais frequência objectivos políticos do que conceitos estratégicos ou planos estratégicos. Talvez isto suceda pelo facto de o plano estratégico constituir um compromisso demasiado rígido e pesado, não só em relação à acção a desenvolver para alcançar os objectivos políticos definidos, como também em relação à obtenção dos meios necessários à consecução das várias missões, ou ainda à atribuição, para o efeito, de recursos já existentes mas sempre escassos.

Outra dificuldade que normalmente surge entre os aliados relaciona-se com a avaliação e percepção das ameaças. A diferente percepção das ameaças, conjugada com as necessidades de satisfazer interesses puramente nacionais, que sempre se sobrepõem aos interesses colectivos, vem orientando, ao longo dos anos, a formação do poder militar de cada um dos parceiros da Aliança. Grandes percentagens dos recursos financeiros são despendidas na aquisição dos meios necessários à satisfação dos interesses nacionais; os meios assim obtidos nem sempre serão, simultaneamente, os mais adequados à prossecução dos interesses colectivos.

A República Federal da Alemanha, por exemplo, certamente que se preocupa, prioritariamente, com a ameaça que representa a grande concentração de carros de combate no centro da Europa. Mas é natural que Portugal sinta como mais preocupante a ameaça submarina no Atlântico Norte, quer ela se dirija à navegação, quer procure a destruição dos portos e das instalações de maior valor económico ou militar.

É precisamente sobre a ameaça que o poder naval soviético representa que elaborarei mais uns comentários. Eles baseiam-se nos meios hoje existentes, sem ter em conta os programas de desenvolvimento que se julga estarem em curso.

3. O PODER NAVAL SOVIÉTICO

O poder naval soviético é importante mas não é decisivo; isto é, a União Soviética não se poderá firmar no poder naval para se decidir pelo conflito militar contra o Ocidente mas, se o conflito ocorrer, o poder naval desempenhará um papel fundamental.

Na fase actual de desenvolvimento do poder naval soviético as duas componentes, de superfície e submarina, têm missões completamente distintas.

As esquadras de superfície soviéticas não têm, ainda hoje, grande possibilidade de sobreviver em tempo de guerra, a não ser em águas próximas da Mãe Pátria, sob a protecção da aviação baseada em terra, e numa área onde as forças navais ocidentais certamente não se vão aventurar.

Uma marinha de superfície continua a não poder dispensar o apoio de bases navais, a proximidade de uma costa amiga ou, pelo menos, neutral. A marinha de superfície soviética, nas áreas onde mais lhe poderia interessar actuar ofensivamente, encontra ainda costas que lhe são quase sempre hostis. Em tempo de guerra, partindo do princípio que o Ocidente não sucumbe imediatamente e que os actuais alinhamentos políticos de Estados se mantêm, uma esquadra que saia de Murmansk só poderá acolher-se a um porto ao sul do Trópico de Câncer: Cuba, no beiral dos Estados Unidos, ou em África, ao sul da República Popular Revolucionária da Guiné.

Esta mesma marinha de superfície é, no entanto, de grande importância para a estratégia que, em tempo de paz, a União Soviética já vem desenvolvendo em todo o mundo. É uma estratégia que procura aproveitar todas as oportunidades para alargar a área de influência soviética e que se caracteriza pela persistência e pela agressividade política.

As unidades navais soviéticas têm evitado o confronto directo com as principais potências da NATO, mas têm também procurado mostrar que estão dispostas a competir ou a neutralizar a acção das marinhas ocidentais. No Mediterrâneo, por exemplo, durante exercícios navais e em períodos de tensão, grupos de ataque soviéticos têm vindo a acompanhar de perto cada um dos grupos de porta-aviões das marinhas da Aliança, mantendo ostensivamente as suas guarnições em postos de combate e fazendo seguimento de alvos (*).

Com a extraordinária força de submarinos, continuamente em desenvolvimento, sucede precisamente o contrário.

(*) Stephen S. Roberts «The turkish straits and soviet naval operations», *Navy International*, Outubro de 1981, pág. 584.

Em tempo de paz a sua missão pode ser importante, mas não é fundamental. As ocasiões que podem privilegiar o emprego de submarinos em tempo de paz são raras, e mais ainda, esse emprego só se justifica face a uma potência marítima de razoável capacidade, o que, no Terceiro Mundo, não é frequente. O submarino é muito dissuasor e pouco embaixador.

Mas os cerca de 355 submarinos, dos quais uns 176 são de propulsão nuclear, representam uma das mais poderosas forças da União Soviética e uma das mais graves ameaças, em tempo de guerra (recorde-se que a Alemanha iniciou a Segunda Guerra Mundial com 56 submarinos).

Considerando que alguns desses submarinos constituem o segundo elemento da Tríade nuclear estratégica, pode dizer-se que as missões fundamentais desta força são:

- a. A dissuasão nuclear ou, se necessário, o ataque nuclear (nesta missão são utilizados 80 submarinos, 66 dos quais de propulsão nuclear);
- b. Proporcionar as condições para o sucesso do exército vermelho na Europa, inviabilizando o reforço e reabastecimento das forças da NATO (missão atribuída a cerca de 275 submarinos, dos quais 110 são de propulsão nuclear e 69 estão armados com mísseis de cruzeiro).

Se porventura a União Soviética pretendesse iniciar a guerra contra o Ocidente, o que, pelo menos por agora, parece uma hipótese nada provável, certamente tentaria o avanço rápido sobre o centro e flancos da NATO. Mas esse avanço teria que ser imediatamente precedido de um certo número de ataques «tipo Pearl Harbor» aos principais portos do Atlântico, bem como à navegação e forças navais aliadas. O Pacto de Varsóvia não poderá lançar a ofensiva terrestre na Europa sem ter garantido o sucesso na batalha do Atlântico. A União Soviética sabe, tal como o sabem os países da NATO que, se se mantiver a possibilidade de reforço e de reabastecimento, a reacção do Ocidente pode demorar, mas sairá vitoriosa.

Porém, a Europa não quer ser novamente ocupada e mais uma vez libertada. Para isso é necessário que o reforço da frente de batalha se inicie mesmo antes da abertura das hostilidades e que o reabastecimento se suceda às operações de reforço, sem qualquer interrupção.

A arma submarina é a que mais eficazmente poderia contrariar estes movimentos. Os navios de superfície soviéticos só poderiam actuar contra

esquadras aliadas que se encontrassem no Atlântico Oriental ou no Mediterrâneo Oriental, em ataques apoiados pelos aviões «Backfire» e, mesmo assim, sujeitando-se a pesadas baixas. No Mediterrâneo não teriam mesmo refúgio possível.

A situação seria inteiramente diferente se os numerosos submarinos de ataque soviéticos, nomeadamente os 69 submarinos armados com mísseis de cruzeiro, estivessem no mar no início das hostilidades e conseguissem os sucessos necessários para provocar um desequilíbrio de forças favorável à União Soviética. Nestas circunstâncias, as unidades de superfície poderiam explorar aquela vantagem inicial e tentar obter o controlo do mar, no Atlântico Norte e no Pacífico Norte.

Resumindo estas considerações sobre o poder naval soviético, e depois de repetir que não parece provável que haja qualquer intenção de desencadear um conflito armado Leste-Oeste, pode concluir-se que:

- a. A actual força soviética de submarinos tem uma importância fundamental no confronto nuclear e em situação de guerra, mas uma importância limitada em tempo de paz;
- b. A actual força de superfície não poderá ser decisiva em tempo de guerra, mas já desempenha hoje um papel fundamental na prossecução dos objectivos políticos soviéticos, em tempo de paz.

4. ATLÂNTICO SUL, OCEANO DE TRÂNSITO

Foi referido que a União Soviética vem desenvolvendo uma estratégia global. Será então conveniente avaliar também de uma forma global as suas capacidades e intenções, ainda que o objectivo deste trabalho seja propor apenas uma reflexão sobre a ameaça à NATO, proveniente do Atlântico Sul.

Por outro lado, referiu-se que é de prever a abertura simultânea de duas frentes, no caso de se declarar um conflito Leste-Oeste: uma frente terrestre, ao longo da Cortina de Ferro; outra marítima, no Atlântico Norte. Para que isso suceda é preciso que os meios navais soviéticos tenham acesso a este teatro de operações navais e aí possam permanecer o tempo suficiente para executar as suas missões.

A União Soviética é o maior país do Mundo e tem, naturalmente, um extenso litoral; simplesmente, a maior extensão desse litoral está localizada no Ártico, sujeita a bloqueio pelos gelos, num mar interior (o Cáspio), e em dois mares fechados por estreitos facilmente interditaíveis. Tem acesso directo a três oceanos, o Atlântico, o Ártico e o Pacífico, e a sete mares, o mar da Noruega, Báltico, Negro, Cáspio, Okhotsk, Japão e Bering, para além dos situados no Ártico. Nenhum dos restantes países do Pacto de Varsóvia tem acesso directo aos oceanos: dois países são interiores (Checoslováquia e Hungria), dois têm reduzidas extensões de litoral no mar Báltico (Polónia e República Democrática da Alemanha) e dois no mar Negro (Roménia e Bulgária).

No entanto, são bem conhecidos os constrangimentos que a geografia impõe aos portos soviéticos. Sabe-se que na região de Murmansk, única do Ártico sempre liberta de gelos, e na Península de Cola, há 12 bases e oito pontos de apoio navais. Porém, os navios da Esquadra do Norte que utilizam estes portos e pretendem demandar o Atlântico, têm que navegar relativamente próximo da costa da Noruega e têm que cruzar as linhas de detenção de uma das áreas oceânicas mais bem defendidas no Mundo.

A rota do Ártico não é utilizável durante meio ano, apesar dos quebra-gelos nucleares disponíveis e do recente feito notável do quebra-gelos «Sibir» que abriu uma nova rota, mais rápida, mais a Norte, e um terço mais curta do que a tradicional rota costeira. Ainda sobre esta rota é importante recordar que os navios ficam muito vulneráveis quando em travessia de campos de gelos, que o estreito de Bering é controlável em relação aos navios de superfície e que tanto o estreito como as suas aproximações são quase impraticáveis para submarinos em imersão (o estreito tem 45 milhas de largura, e tanto o estreito como as suas aproximações têm profundidades que andam pelos 20 metros).

O Ártico poderá ser uma das áreas de operações preferida pelos submarinos lançadores de mísseis nucleares estratégicos, que serão protegidos por submarinos de ataque com propulsão nuclear e que, certamente, também terão que contar com a perseguição feita por submarinos ocidentais. Esta possibilidade terá que ser encarada enquanto as principais bases de submarinos nucleares balísticos estiverem na região de Murmansk.

A análise, quer do Ártico, quer do confronto nuclear, afasta-se um pouco do objectivo do trabalho, mas talvez interesse recordar que nestas missões serão também empenhados muitos meios convencionais.

O Báltico e mar Negro, onde permanecem as duas esquadras de menor valor militar, têm acessos absolutamente controláveis pelas potências que dominarem as suas margens; de qualquer maneira, esses acessos serão sempre pontos extraordinariamente vulneráveis. Admite-se que se a União Soviética der início às hostilidades, ou se puder prever o seu início, retirará destes mares, com antecedência, todas as unidades oceânicas de valor.

A circulação de unidades navais pelos canais artificiais que ligam o mar Negro, o Cáspio, o Báltico e o mar Branco é lenta, também vulnerável e com limitações de tonelagem (dez dias entre o Báltico e o mar Branco, três semanas entre o mar Negro e o Báltico).

Porém, no Pacífico a situação é diferente. A linha de costa desde o estreito de Bering até à fronteira da Coreia do Norte tem 13 890 km. Nesta costa existem cinco portos principais, 11 secundários e muitos pontos de apoio.

A montanhosa Península de Camchatca tem 1200 km de comprimento e 560 km de largura. Com 270 000 km² de superfície, a Camchatca tem pouco mais do dobro do comprimento de Portugal e pouco mais de três vezes a sua área. Ao longo de toda a extensão da costa oriental, perfeitamente aberta ao Pacífico, a plataforma continental é praticamente inexistente. Na metade Norte do mar adjacente fica a planície abissal de Bering, com profundidades de cerca 4000 metros. A meio, convergem as fossas abissais das Aleutas e das Curilhas; esta última acompanha a costa da península, para Sul; qualquer delas tem profundidades superiores a 6100 metros e contornam completamente um Pacífico vasto e profundo que o Embaixador do Brasil, Azeredo da Silveira, chamou um dia de «grande oceano cheio de vazio».

Nesta costa oriental da Camchatca existem bases navais importantes, nomeadamente uma de submarinos nucleares. É uma área que está em profunda transformação como foi amplamente divulgado quando do recente abate do avião comercial sul-coreano (5).

(5) Em meados de 1986, o Presidente Gorbachev deslocou-se a esta região do Pacífico, onde presidiu a algumas inaugurações de interesse militar e proferiu importante discurso, sob o ponto de vista político e estratégico.

A esquadra do Pacífico é hoje a maior das quatro esquadras soviéticas, embora esteja desfalcada das unidades destacadas no Índico.

Parece que aqui as condições geográficas são favoráveis aos submarinos nucleares, que com segurança podem atingir o Pacífico Sul.

Ora o Hemisfério Sul é coberto por oceanos, em 81 por cento da sua área. Entre as latitudes de 35° e 65° Sul, 93 por cento da superfície do Globo está coberta de água (*). Os três principais oceanos são aqui ligados pelo Antártico, numa imensidade de mar onde a navegação, pelo menos a submarina, ainda não é controlada.

A distância, entre Cape Tow e Buenos Aires, é grande. A latitude destas cidades é baixa, cerca de 35° Sul. Isto significa que o Atlântico Sul é largo, aberto e pouco extenso em latitude. Rapidamente a navegação vinda do Sul atinge o estrangulamento Natal-Freetown, que cruza obliquamente, o Equador, e se encontra no Atlântico Norte. Assim, o Atlântico Sul é um «oceano de trânsito», como lhe chamou o Vice-almirante Mário César Flores, Director da Escola de Guerra Naval do Brasil.

O oceano Ártico, os mares de Bering, de Okhotsk, do Japão, Negro, Cáspio e Báltico são vitais para a defesa da União Soviética. Em tempo de guerra, uns serão por ela inteiramente controlados; outros, se o actual domínio territorial sobre as suas margens se mantiver, ficarão certamente interditos à navegação de qualquer das partes. O Pacífico e a imensidade oceânica do Hemisfério Sul apresentam-se predominantemente como áreas de refúgio, inclusive para os submarinos nucleares estratégicos; o Atlântico Sul apresenta-se como uma área de trânsito para área de decisão, que é, e ainda será por muitos anos, o Atlântico Norte. A autonomia e o elevado número de submarinos nucleares soviéticos por um lado, e, por outro lado, a escassez de sistemas de detecção e de defesa ocidentais nestas áreas, conferem elevado grau de credibilidade a esta hipótese.

Isto não significa que o flanco Norte do Atlântico seja menos importante do que o flanco Sul. Simplesmente no Norte a geografia é desfavorável à União Soviética, e o sistema de defesa da NATO é, e continuará certamente a ser, eficaz. A NATO controla todas as unidades de superfície

(*) É uma faixa que corresponde, no Hemisfério Norte, à que vai de Rabat, em Marrocos, ao Sul da Islândia. O Norte da Grã-Bretanha não atinge os 59° N.

e submarinos que cruzam as passagens Groenlândia-Islândia-Noruega (GIN) e Groenlândia-Islândia-Reino Unido (GIUK).

5. ENFRENTAR A AMEAÇA FORA DA AREA NATO

Para a NATO, a defesa contra a ameaça proveniente do Atlântico Sul em tempo de guerra, é um velho problema que está relacionado com os limites geográficos que o próprio texto do Tratado impôs, ou com a reformulação dos sistemas de defesa e de alianças do Ocidente.

Mas ao considerar este problema, parece que a NATO se tem preocupado quase exclusivamente com a protecção da navegação de comércio aliada, isto é, com a protecção da «Rota do Cabo», quer seja a do cabo Horn, que seja a do cabo da Boa Esperança.

Esta missão de protecção da navegação aliada no Atlântico Sul é importante mas não é, de modo algum, a única a ter que se realizar fora da área NATO. Haverá também a necessidade de dispor dos meios suficientes para detectar, perseguir e neutralizar a ameaça, mesmo ao Sul do Trópico de Câncer.

A NATO é uma organização militar defensiva, mas não pode ser passiva. Recorrendo às definições dos «Princípios da Guerra», pode dizer-se que a NATO não tomará a «iniciativa» do conflito, mas actuará de uma maneira «ofensiva» se o conflito surgir. Por outras palavras ainda, a NATO não dará o primeiro tiro, mas perseguirá o agressor.

E isto não é nada de novo. As três grandes batalhas navais das últimas guerras mundiais foram no Hemisfério Sul, duas delas no Atlântico Sul. Todas foram consequência da necessidade que a Grã-Bretanha sentiu de destacar meios para ir combater, no Sul, a ameaça que pairava sobre a sua navegação de comércio. Refiro-me, no que respeita à Primeira Guerra Mundial, à batalha de Coronel, ao largo do Chile, em 1 de Novembro de 1914, logo seguida da batalha das Falkland, em 8 de Dezembro do mesmo ano; na Segunda Guerra Mundial, à batalha do Rio da Prata, contra o cruzador «Graf Spee», em 13 de Dezembro de 1939.

Os ensinamentos históricos mostram-nos, pelo menos, as condições em que certos fenómenos se repetiram e as soluções que foram encontradas para os resolver.

6. UM SISTEMA DE ALIANÇAS PARA O OCIDENTE

Como já foi referido, a reformulação do actual sistema de alianças certamente contribuiria para fortalecer as capacidades globais de defesa do Ocidente.

Sob o ponto de vista estratégico, continua a pensar-se que o «domínio do mar» é hoje impossível e que o «controlo do mar» impõe a existência de uma força naval, com componente aeronaval, e de bases navais⁽⁷⁾.

A alteração do sistema de alianças, que tanto poderia consistir na revisão de tratados existentes como na constituição de novos acordos é, sem dúvida, um problema político complexo, informado pelas necessidades estratégicas, mas que está acima da estratégia. Por isso mesmo apenas se apresentarão algumas possíveis soluções, e muito breves comentários a essas hipóteses, com o único intuito de fornecer matéria para meditação ou debate.

a. Alteração dos limites geográficos da NATO

É uma hipótese nada provável. Seria sempre vetada por vários membros da Organização. A possibilidade de a NATO, como Organização, actuar fora da área definida pelo Tratado teria, politicamente, um significado equivalente ao do alargamento dos limites geográficos.

O número de conflitos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial é enorme. Apesar da gravidade de alguns deles e das proporções que atingiram, foi sempre possível limitá-los geograficamente e evitar o confronto directo entre as superpotências ou entre estas e outras potências nucleares.

Se a NATO alguma vez se tivesse envolvido em qualquer desses conflitos, de qualquer forma, seria natural que tivesse desencadeado a reacção do Pacto de Varsóvia, o que teria provocado a globalização da guerra.

(7) Note-se que muitas vezes as bases navais continentais foram substituídas por bases insulares, situadas ao longo de eixos estrategicamente valiosos, resolvendo assim problemas de soberania ou de ocupação. São exemplos: no Mediterrâneo, o eixo Gibraltar-Malta-Corfu-Chipre; no Pacífico, o eixo Califórnia-Hawai-Midway-Wake-Guam-Filipinas; no Atlântico, no sentido Leste-Oeste, EUA-Bermudas-Açores-Europa e, no sentido Norte-Sul, Açores-Madeira-C. Verde-Ascensão-Falklands. Se nem todos os pontos de apoio referidos foram sempre utilizados, outros há que são importantíssimos como Diego Garcia, no centro do Índico.

Como o Secretário-Geral da NATO, Lord Carrington, afirmou, «a NATO envolver-se fora da área seria como entrar num campo de minas»^(*).

b. Alteração das competências e responsabilidades de organizações existentes

Apenas a União Europeia Ocidental (UEO) poderia talvez contribuir para a consecução do objectivo em apreço.

Ultimamente têm surgido algumas tentativas no sentido de revivificar a União. A única vantagem em substituir a NATO pela UEO na defesa dos interesses comuns ocidentais em qualquer parte do Globo, seria talvez a exclusão da superpotência ocidental do eventual confronto que essa atitude de defesa pudesse provocar.

No entanto, não seria resolvido qualquer problema relacionado com as capacidades. Embora as principais potências europeias (França, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Itália, mas não a Espanha) pertençam à UEO, esta não poderia fazer muito mais do que recomendar, tal como a NATO o tem feito desde o início desta década, que seja dado todo o apoio aos países que dispõem de capacidade para actuar em áreas longínquas, na defesa dos interesses ocidentais.

Tudo indica que, pelo menos por enquanto, as tentativas de reanimação da UEO têm um objectivo político de coordenação de esforços e não procuram a duplicação de estruturas militares, sem em nada as acrescentar.

c. Criação de um novo grupo de alianças

Tem sido frequentemente referida a necessidade de unir os países com interesses marítimos numa vasta aliança, a «all-ocean alliance» ou a «three-ocean alliance».

Há várias sugestões, que não diferem muito umas das outras. Aos EUA associar-se-ia um grupo central de umas dez nações, todas fortemente dependentes do livre uso do mar e com razoável capacidade naval (por exemplo: Reino Unido, França, RFA, Itália, Israel, Japão, Austrália, Nova Zelândia,

(*) «Time», 16 de Janeiro de 1984.

Formosa, Canadá. Julgo que este grupo deveria incluir também a Espanha e a Holanda). A estes ligar-se-iam outros países que têm capacidade para dominar áreas específicas (como o Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Indonésia) ou que, pela sua posição geográfica, dominam estreitos, canais e pontos vitais (como Singapura, Turquia, Egipto, Filipinas). Por último, conviria reunir na mesma aliança outros países que, pela população, exportações, etc., sejam de grande importância para o Ocidente (caso da Nigéria e Zaire, por exemplo).

Uma aliança deste tipo e dimensão parece extraordinariamente difícil de instituir e, principalmente, de sustentar. Julgo ser um projecto utópico.

d. Aceitar a designação dos EUA como defensor dos interesses ocidentais

É uma posição que os EUA aliás já assumiram, mas que é considerada, de modo geral, como altamente inconveniente.

Primeiro, porque as potências europeias não pretendem desligar-se das suas obrigações em determinadas áreas restritas consideradas de interesse. A Inglaterra e a França não desejam, por exemplo, que apenas a bandeira dos EUA surja em auxílio de um país da Commonwealth ou da comunidade de língua francesa. No mais recente caso de intervenção norte-americana, Granada, o Reino Unido protestou junto do fiel aliado, independentemente de qualquer apreciação sobre a necessidade, urgência ou legitimidade da acção militar.

Segundo, porque as potências europeias não desejam ver os EUA mais desligados da defesa da Europa, o que seria inevitável se, sozinhos, tivessem que assumir as responsabilidades de defesa dos interesses ocidentais no resto do Globo.

Terceiro, porque muitas vezes os EUA não lutariam, nem sequer se comprometeriam na defesa de interesses considerados vitais por outros países ocidentais, no caso de não estarem de acordo com essa classificação. Assim, os países que para tal têm capacidade, não desistem de manter operacionais as suas forças de intervenção.

Quarto, porque ao pretenderem intervir em determinado conflito, os EUA poderiam ficar paralisados pela iminência de confronto com a outra superpotência, o que, na realidade, se tem procurado evitar. É necessário que

haja alternativas e para isso é preciso que outras nações disponham, de qualquer modo, das forças de intervenção adequadas.

Quinto e último, porque poderia contribuir para agravar os sentimentos antieuropeus nos EUA. A Europa tem sido várias vezes acusada de não contribuir o suficiente para a sua própria defesa; por outro lado, e para referir um caso actual, a Europa e o Japão são os grandes prejudicados com a crise do Golfo (os EUA não recebem do Golfo mais do que 5 por cento das suas necessidades) mas pouco se têm empenhado na manutenção da segurança naquela área. É quase certo que situações como esta se repetiriam constantemente, dado que a Europa é muito mais dependente da importação de matérias-primas do que os EUA.

e. Encontrar uma solução mista

Com as dificuldades políticas que o problema encerra, parece que uma solução mista seria a mais viável.

O alargamento da UEO para a criação de um «forum» que exclua a superpotência, e onde as potências ocidentais com maior capacidade marítima ou com mais importantes interesses históricos, culturais e económicos espalhados pelo mundo, possam coordenar as suas políticas externas e de defesa; tal como na «all ocean alliance» procurar alianças políticas «independentes», mas ligadas à UEO, que privilegiem aqueles laços históricos, culturais, ou económicos; apoiar os EUA na defesa dos interesses ocidentais nas áreas não abrangidas pelas alianças anteriores. Não há necessidade de qualquer alteração no âmbito da NATO, organização que inclui tanto os EUA e o Canadá como todos os membros da UEO.

Os países do Ocidente certamente que estão conscientes dos problemas agora levantados. Falta apenas o que sempre tem sido o mais difícil: a coordenação de esforços e, principalmente, a vontade política para adquirir os meios necessários e para rever as prioridades de modo a melhorar e fortalecer a sua defesa global.

António Emílio Sacchetti
Vice-almirante